

07

CULTIVAR A ESPERANÇA PARA O SAARA OCIDENTAL: LEVAR O MEU POVO À AUTOSSUFICIÊNCIA

*Taleb Brahim*¹

A ocupação do Saara Ocidental – localizado na região do Magrebe, na África do Norte – é muitas vezes esquecida, apesar da longevidade da situação e da grande comunidade que vive numa situação de exílio prolongado. Em 1975, tropas da Mauritânia e de Marrocos invadiram o Saara Ocidental numa tentativa de ampliar o seu controlo territorial, forçando milhares de saarauís nativos a fugir e procurar refúgio no canto sudoeste do deserto da Argélia, perto da remota cidade de Tindouf. A ocupação do Saara Ocidental levou a um conflito armado no qual o movimento de libertação saarauí (a Frente Polisário)² teve que lutar em duas frentes – Marrocos no norte e Mauritânia no sul. Em 1979, a Mauritânia assinou um acordo de paz com a Frente Polisário e encerrou a sua participação no conflito. O conflito armado entre a Frente Polisário e o exército marroquino terminou com a negociação de um plano de resolução e de um acordo de cessar-fogo em 1991, após a intervenção da ONU. Em 1992, deveria ter sido realizado um referendo no qual os saarauís poderiam escolher entre unir-se ao Reino de Marrocos ou tornar-se um estado independente.

- ¹ [Taleb Brahim](#) é engenheiro e permaculturista saarauí, com Mestrado em Agricultura. Vive atualmente no campo de refugiados de Smara, na Argélia, onde está envolvido em vários projetos agrícolas patrocinados por diferentes ONGs. Trabalha para realizar o seu sonho de tornar o deserto verde. Agradecimentos especiais a Adam VanNoord (Not Forgotten International), Marcos Arana Cedeño (WABA) e Emily Mattheisen (FIAN Internacional) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.
- ² A Frente Polisário é uma organização político-militar que luta para acabar com o controlo marroquino sobre o antigo território espanhol do Saara Ocidental e conquistar a independência da região.
- ³ A Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) foi criada em 1991, em conformidade com o acordo de resolução entre Marrocos e a Frente Polisário, a fim de concluir o processo de descolonização e conduzir e monitorar o referendo sobre a independência do Saara Ocidental. Devido a obstáculos políticos, o referendo ainda não foi realizado, e o mandato da MINURSO foi estendido cerca de 41 vezes. Para mais informações, veja: www.un.org/es/peacekeeping/missions/minurso.

Já se passaram 25 anos desde então, mas o impasse político persiste e a ONU não foi ainda capaz de organizar o referendo.³ Com isto, o Saara Ocidental continua a ser o mais significativo dos territórios não autónomos listados pela ONU – tanto em termos de área como de população. A ocupação do Saara Ocidental por Marrocos, que já dura há 40 anos, teve graves consequências para os saarauís,⁴ tais como restrições ao uso dos recursos naturais do território, em violação do direito internacional,⁵ e uma prolongada crise de refugiados na Argélia. Estima-se que 165 mil refugiados saarauís ainda vivam em vários campos na região de Tindouf.⁶

Na década de 1980, Marrocos construiu um muro que se estende por 2.700 quilómetros de norte a sul, ao longo da fronteira ocidental da Argélia e da Mauritânia. O muro tem entre três e quatro metros de altura, com sistemas de radar de alta tecnologia, uma patrulha marroquina de 120 mil soldados e o maior campo minado contínuo do mundo.⁷ Além das ameaças ao regresso e à segurança das comunidades de saarauís que vivem no deserto, o muro limita gravemente os deslocamentos pelo deserto do povo saarauí, que é tradicionalmente nómade.

Nestas condições, torna-se difícil – se não impossível – para o povo saarauí produzir alimentos e suprir as suas necessidades nutricionais de forma autónoma, e a sua sobrevivência depende totalmente de programas de ajuda alimentar da comunidade internacional. Os alimentos produzidos por países de todo o mundo são recolhidos por organizações e agências internacionais⁸ e distribuídos aos refugiados saarauís. As cestas de alimentos distribuídas mensalmente são calculadas de acordo

- 4 Para mais informações sobre a história da ocupação e uma análise baseada nos direitos humanos, veja: Lakhali, Malainin e Mohamed Amroun, "Western Sahara: Denial of Self-determination and Human Rights." Em *Land and its People: Civil Society Voices Address the Crisis over Natural Resources in the Middle East/North Africa*, editado pela Rede pelos Direitos de Habitação e da Terra – Coligação Internacional Habitat (*Housing and Land Rights Network* – Habitat International Coalition), 235–242. Cairo: HIC-HLRN, 2015. Disponível em: hlrn.org/img/publications/BigMasterFinal.pdf.
- 5 Rede pelos Direitos de Habitação e da Terra (*Housing and Land Rights Network*). "Sahara Occidental: Explotación a través del acuerdo de pesca Marruecos-UE." *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2013): p. 65. Disponível em: www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2013/Watch_2013_PDFs/Watch_2013_sp_WEB_final.pdf#page=65.
- 6 ACNUR (UNHCR). 2015 *UNHCR Country Operations Profile – Algeria*. Genebra: UNHCR, 2015. Disponível em: www.unhcr.org/pages/49e485e16.html.
- 7 Ahmed, Akbar e Harrison Akins. "Waiting for the Arab Spring in Western Sahara." *Al Jazeera*, 14 de março de 2012. Disponível em: www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/03/2012314101516261596.html.
- 8 Incluindo o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Departamento de Ajuda Humanitária e Proteção Civil (ECHO) da Comissão Europeia, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a Medico Internacional e a Oxfam Solidariedade, entre outras.
- 9 ACNUR (UNHCR). *Nutrition Survey Saharawi Refugee Camps, Tindouf, Algeria*. Genebra e Roma: UNHCR e WFP, 2012. Disponível em: vest-sahara.no/files/dated/2014-11-23/2012_nutrition_survey_report_final_draft_en_v2.doc.
- 10 O Quadro de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional em Crises Prolongadas (*Framework for Action for Food Security and Nutrition in Protracted Crises*, CFS-FFA), aprovado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) em outubro de 2015, é um importante documento político que apresenta orientações para as comunidades que vivem em crises prolongadas, como os refugiados do Saara Ocidental. A ênfase é colocada especificamente em estratégias lideradas pela comunidade (Princípio 7) e em soluções sustentáveis de longo prazo, ao invés da ajuda de "emergência" durante longos períodos (Princípio 1). Disponível em: www.fao.org/3/a-bc852s.pdf.
- 11 A criação de camelos e a recuperação dos rebanhos também estão a ser promovidos, para garantir a oferta de leite e carne. Para mais informações, veja: Volpato, Gabriele e Patricia Howard. "The material and cultural recovery of camels and camel husbandry among Sahrawi refugees of Western Sahara." *Pastoralism: Research, Policy and Practice* 4:7 (2014). Disponível em: pastoralismjournal.springeropen.com/articles/10.1186/s13570-014-0007-4.
- 12 Para mais informações sobre o desenvolvimento técnico e a evolução das hortas ao longo do tempo, veja: landtimes.landpedia.org/newsdes.php?id=pW1t&catid=ow=&edition=02s.

com o número mínimo de quilocalorias de que o corpo humano precisa e trazem principalmente alimentos secos, como cereais e leguminosas, açúcar e azeite. Não são incluídos produtos lácteos, carnes ou peixes. Somente nos últimos dez anos as cestas passaram a incluir dois a três quilos de hortaliças por mês.

Depois de 40 anos de dependência de uma cesta de alimentos nutricionalmente desequilibrada, as deficiências nutricionais e a desnutrição são comuns, levando a condições como anemia em mulheres e crianças, atraso no crescimento em crianças, obesidade e bócio.⁹ Embora esta seja uma crise prolongada, tem havido pouco investimento na autossuficiência local.¹⁰ As cestas de alimentos já foram reduzidas muitas vezes, e alguns produtos foram excluídos de forma permanente ou temporária. A falta de ajuda alimentar e o financiamento insuficiente têm ameaçado repetidamente os refugiados saarauís.

Uma das soluções que tem ajudado a superar estes problemas nos campos de refugiados consiste em ajudar o nosso povo a produzir alimentos frescos nas suas casas, para suprir uma parte das suas necessidades.¹¹ No entanto, existem muitas limitações devido à escassez de água, às condições difíceis e à falta de solo fértil. Outro desafio reside no facto de que essas comunidades eram originalmente nómades; é, por isso, muito difícil convencer pessoas que nunca foram agricultoras de que podem produzir os seus próprios alimentos, de forma semelhante aos povos vizinhos que praticam a agricultura.

Tivemos que oferecer muitas orientações e educação, porém, em dez anos, conseguimos passar de 30 para cerca de 1000 hortas em três dos nossos seis campos.¹² As famílias aprendem sobre vários aspectos da produção, com ênfase em: práticas agrícolas; métodos de agricultura orgânica, como compostagem, palhagem e controle biológico de pragas; produção de biofertilizantes e preparados para controlar pragas, ervas daninhas etc.; noções básicas de permacultura; e conservação de sementes. As pessoas que aprenderam estas técnicas valiosas já conseguem produzir uma quantidade considerável de alimentos frescos, inspirando assim muitos outros a participar destes projetos. Nenhum destes resultados teria sido possível sem o apoio inicial de muitas ONGs, voluntários internacionais, organizações locais como a União dos Agricultores Saarauís e membros ativos da sociedade civil.

Como acontece em qualquer caso de ocupação, não será encontrada nenhuma solução real para os refugiados saarauís, nem para os demais saarauís ocidentais, até que a potência invasora deixe o território e devolva a terra e os recursos naturais aos seus legítimos donos. Ainda falta muito para que o nosso povo esquecido possa tornar-se autossuficiente, mas o que conseguimos até agora é um passo na direção certa para aliviar o nosso sofrimento e recuperar a soberania sobre os nossos alimentos e comunidades.